

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 934.683 - PR (2016/0155134-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO BRASIL - COOPERMIBRA
ADVOGADOS : CARLOS ARAÚZ FILHO - PR027171
PAULO AFONSO DE SOUZA SANT ANNA - PR035273
MARCELO SÉRGIO PEREIRA E OUTRO(S) - PR017576
RAFAEL ASEVEDO BUENO MENDES - PR059489
AGRAVADO : ANA BAISE DO NASCIMENTO
AGRAVADO : AUGUSTO NASCIMENTO FILHO
ADVOGADO : PÉRICLES LANDGRAF ARAÚJO DE OLIVEIRA - PR018294

DECISÃO

Trata-se de agravo de COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO BRASIL - COOPERMIBRA contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - OPOSIÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO - CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, NOS TERMOS DO ART. 6º DO CDC - IRRESIGNAÇÃO DA EXEQUENTE-EMBARGADA - NULIDADE DA DECISÃO QUANTO AO EFEITO SUSPENSIVO - FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO - INOCORRÊNCIA - FUNDAMENTAÇÃO SUCINTA E SUFICIENTE - OBSERVÂNCIA DA REGRA DO ART. 93, IX, DA CF - EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS À EXECUÇÃO - REQUISITOS DO ART. 739-A, §1º, DO CPC, PREENCHIDOS - RELEVÂNCIA DOS ARGUMENTOS E GARANTIA DO JUÍZO - RISCO EVIDENCIADO - SUSPENSÃO QUE NÃO ACARRETA PREJUÍZO À AGRAVANTE - APLICABILIDADE DO CDC - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA - EQUIPARAÇÃO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - PRÁTICA DE ATIVIDADES TÍPICAMENTE BANCÁRIAS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - REQUISITOS DO ART. 6º, VIII, DO CDC PREENCHIDOS - DECISÃO MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO." (e-STJ fl.)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl. 658/668)

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação dos arts. art. 1º e 18 da LC 130, arts. 17 e 18 da Lei 4.595/64 e arts. 2º e 3º do CDC e indevida aplicação dos revogados arts. 10, § 3º e 18, §10 da Lei 5.764/71, sustentando, em síntese, que não é uma "cooperativa de crédito", mas, sim, uma "cooperativa agrícola", de modo que não pode ser equiparada a uma instituição financeira. Por conta disso, o Código de Defesa do Consumidor não se aplica ao caso em tela, sendo incabível a inversão do ônus da prova.

Contrarrazões ao recurso especial nas fls. 685/716 (e-STJ)

É o relatório. Decido.

O Tribunal de origem, no que pertine à alegação da recorrente de que não é uma "cooperativa de crédito", mas, sim uma "cooperativa agrícola" e que, por conta disso, o Código de Defesa do Consumidor não se aplica ao caso em tela, sendo incabível a inversão do ônus da prova, expressamente consignou o seguinte:

"Primeiramente, é lícito afirmar que o Código de Defesa do Consumidor é sim plenamente aplicável ao caso dos autos.

Isso porque, a relação existente entre as partes ultrapassou aquelas típicas entre cooperado e cooperativa, envolvendo também relações nitidamente bancárias, como, por exemplo, o fornecimento de insumos e financiamento para custeio da atividade rural.

Ao assim proceder, a Cooperativa fez vezes de instituição financeira, nos exatos termos dos artigos 17 e 18, §1º, da Lei 4.595/64:

(...)

Demais disso, a Lei 7.492/86, que dispõe sobre os crimes contra o sistema financeiro nacional, considera como instituição financeira:

"Considera-se instituição financeira, para efeito desta lei, a pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários." (Grifei).

O Superior Tribunal de Justiça entendeu também que às Cooperativas, desde que exerçam atividades de crédito, deve ser aplicado o Código de Defesa do Consumidor:

(...)

Esse entendimento permite compreender que as mesmas regras de revisão de contratos aplicáveis às instituições financeiras

devem ser atribuídas às cooperativas agroindustriais, quando estiverem realizando atividade negocial creditícia. É inegável, assim, a aplicabilidade do CDC à hipótese trazida nos presentes autos.

Por outro lado, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, do CDC, era mesmo de rigor, em face da hipossuficiência técnica dos consumidores perante a Cooperativa." (e-STJ, fls. 637/640)

Como visto, a Corte de origem concluiu que a relação existente entre as partes ultrapassou aquelas típicas entre cooperado e cooperativa, envolvendo também relações nitidamente bancárias, como, por exemplo, o fornecimento de insumos e financiamento para custeio da atividade rural.

Assim, o entendimento lançado no v. acórdão recorrido encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. COOPERATIVA. APLICAÇÃO DO CDC. MULTA CONTRATUAL. REDUÇÃO PARA 2%. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "equiparando-se a atividade da Cooperativa àquelas típicas das instituições financeiras, aplicáveis são as regras do CDC, a teor do enunciado sumular 297/STJ" (AgRg no Ag 1.088.329/PR, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti).

2. Na espécie, as cédulas de produto rural foram emitidas com a finalidade de fornecer ao recorrente recursos financeiros para financiar sua atividade agrícola.

3. Nas contratações celebradas após a edição da Lei 9.298/96, que alterou o CDC, a multa moratória deve incidir no percentual máximo de 2% (dois por cento).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1219543/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CÉDULA DE PRODUTO RURAL (CPR). LEI N. 8.929/94. COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. APLICAÇÃO DAS NORMAS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. MULTA MORATÓRIA. REDUÇÃO PARA 2%. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 285/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

1. À múnua de indicação pela embargante de ocorrência de qualquer hipótese prevista no art. 535 do CPC e em homenagem aos princípios da economia processual e da fungibilidade, recebo os presentes embargos de declaração como agravo regimental.

2. A emissão de Cédula de Produto Rural (CPR) tem por finalidade a captação, pelo cooperado, de recursos financeiros junto à cooperativa, comprometendo-se aquele a entregar, em quitação, o produto.

3. Assim, "equiparando-se a atividade da Cooperativa àquelas típicas das instituições financeiras, aplicáveis são as regras do CDC, a teor do enunciado sumular n. 297/STJ" (AgRg no Ag 1.088.329/PR, Rel.

Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 05/06/2012, DJe 19/06/2012).

4. A cobrança da multa moratória na alíquota de 10% só poderá ser mantida para contratos firmados antes da vigência da Lei 9.298/96, que alterou o Código de Defesa do Consumidor, merecendo, no caso dos autos, ser confirmada a redução para 2%. Inteligência da Súmula 285/STJ.

5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento. (EDcl no Ag 1247165/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 03/04/2013)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator